



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>**

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002103-09.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **LUIZ ANTONIO DA SILVA**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter recebido faturas da ré, as quais reputa inexigíveis porque emitidas depois do cancelamento dos serviços contratados junto à mesma.

A preliminar suscitada pela ré em contestação não merece acolhimento porque a manifestação sobre o mérito da causa é relevante como forma de evitar eventuais futuros problemas relativos aos fatos trazidos à colação.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a ré admitiu que o autor solicitou o cancelamento do contrato firmado entre as partes, mas assinalou que ele ainda assim continuou produzindo efeitos até que foi posteriormente cancelado (fl. 15, terceiro parágrafo).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

Já o cancelamento dos serviços restou configurado nos autos, tanto que o protocolo a ele relativo, detalhado a fl. 07, não foi impugnado pela ré.

Esta, em consequência, carecia de fundamento para emitir faturas posteriormente a isso, inexistindo respaldo para qualquer contrapartida do autor por serviços que não lhe foram prestados.

É o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato celebrado entre as partes e a inexigibilidade dos débitos indicados a fl. 01, bem como de quaisquer outros daí decorrentes.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**